

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.491 - SE (2019/0351773-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **FABIO JOSE TRINDADE SANTOS**
ADVOGADO : **FABIO JOSE TRINDADE SANTOS - SE005779**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**
PACIENTE : **BRUNO LUAN PEREIRA CARVALHO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO LUAN PEREIRA CARVALHO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado como incurso nos crimes previstos no art. 14, *caput*, c/c o art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, c/c o art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso VII, c/c o art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c os arts. 29 e 69, do Código Penal, e art. 2º da Lei n. 8.072/1990, com incidência da agravante prevista no art. 62, inciso I, do Código Penal, às penas de 13 anos, 9 meses e 27 dias de reclusão e 1 ano, 5 meses e 15 dias de detenção, mais o pagamento de 1500 dias-multa.

Inconformada, a defesa interpôs Apelação Criminal perante o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a qual pende de julgamento.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que alguns corréus tiveram a possibilidade de recorrer em liberdade, enquanto que não foi dado o mesmo benefício ao paciente, embora seja detentor de circunstâncias favoráveis. Aduz que medidas cautelares diversas poderiam ser aplicadas.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente, para que possa apelar em liberdade, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Em que pese o esforço da defesa, não há qualquer decisão nos autos que atraia a competência desta Corte, nos termos do art. 105, inciso II, da Constituição Federal, autorizando a análise dos requisitos da prisão preventiva.

Quanto à alegação de excesso de prazo para julgamento da Apelação Criminal, vale lembrar que eventual constrangimento ilegal não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, sendo necessário aguardar a vinda de novas informações.

Ainda, eventuais pedidos de extensão devem ser formulados nos autos originários.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Superior Tribunal de Justiça

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

